

# Redes de trocas e cadeias produtivas - limites e alternativas

*Euclides André Mance\**

## Resumo

Apresentamos neste texto uma síntese da exposição realizada em detalhes em trabalho a ser publicado nos próximos meses.<sup>1</sup> As críticas e sugestões que fazemos aqui se referem especificamente às *redes de trocas* e não às *redes de economia solidária* em geral, uma vez que há muitas outras formas de redes de economia solidária que não se organizam como redes de trocas. Inicialmente, apontamos sumariamente algumas debilidades estratégicas peculiares a essa prática, tomando por referência básica a Rede Global de Trocas, e, em seguida, também sumariamente, apontamos algumas alternativas que visam – respeitando-se os princípios advogados nessas redes – sanar as debilidades percebidas. Por fim, explicitamos como a remontagem solidária das cadeias produtivas, corrigindo fluxos de valores, viabiliza a expansão sustentável de uma economia pós-capitalista.

**Palavras-Chave:** redes de troca, moeda, cadeias produtivas, fluxos de valores, empresas solidárias.

## Abstract

*We present in this text a synthesis of a detailed paper to be published in the next few months. The criticisms and suggestions which we bring here refer specifically to the exchange networks and not to the solidary economy networks in general, since there are many other forms of solidary economy network which are not organised as exchange network. Initially, we point out a summary of the strategic weaknesses typical of such practice, taking as reference the Global Exchange Network, and following that, also in a summarised form, we show some alternatives which aim at solving the observed weaknesses – taking into account the principles advocated by those networks. Finally, we clarify the way the solidary resetting of productive chains, with the correction of flows of values, can allow for viability of a sustained expansion of a post-capitalist economy.*

**Key-words:** exchange networks, currency, productive chains, flows of values, solidary companies.

## ALGUNS LIMITES E DEBILIDADES DAS REDES DE TROCAS

As redes de trocas são um meio eficiente para gerar renda complementar para seus participantes e, em alguns casos, permite às pessoas sobreviverem com as atividades econômicas que nelas realizam. Contudo, as trocas simples – mesmo que multirrecíprocas – mediadas por qualquer moeda, social ou não, não produzem valor.

\* Euclides André Mance é filósofo, mestre em Educação, sócio-fundador do Instituto de Filosofia da Libertação (IFIL) e colaborador da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. Trabalhos do autor estão disponíveis em [www.euclidesmance.pro.br](http://www.euclidesmance.pro.br).

<sup>1</sup> Cf. MANCE, Euclides André. Algumas considerações sobre redes de trocas. In: MANCE, Euclides André. *Redes de colaboração solidária – Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes (no prelo).

A produção do valor é realizada com o trabalho que gera produtos e serviços que se concluem no consumo. Na sociedade capitalista, os fluxos de valor realimentam o processo de concentração da riqueza, produzida pelo trabalho, nas mãos daqueles que detêm o capital. Caso as redes não corrijam os fluxos de valor inerentes a seu processo produtivo, elas acabam sendo subsumidas no movimento de acumulação capitalista.

A inviabilidade de cambiar a moeda social pela moeda oficial do País, conforme normatização da rede de trocas, implica que todos os prossumidores necessitem de alguma atividade externa às redes de trocas ou de outra fonte de renda como forma de obter tais moedas para atender suas necessidades não-cobertas por essas redes.

A impossibilidade de, solidariamente, acumularem-se excedentes nas redes de troca, inviabiliza um processo de reinvestimento, coletivamente gerenciado, que permita completar solidariamente as cadeias produtivas, evitando a acumulação capitalista dos valores nelas gerados quando da aquisição de insumos, maquinários, equipamentos, etc.

No processo de produção nas redes de trocas são utilizadas moedas não-sociais como única condição para a obtenção de insumos e de outros elementos demandados no processo produtivo que não estão disponíveis nas redes. Isto é, todos os insumos e outros itens necessários ao processo produtivo que não são comercializados no interior das redes de trocas precisam ser adquiridos no mercado convencional com moeda oficial. Embora, aparentemente, não se permita mudar as moedas sociais e não-sociais, no fluxo real de produção e circulação de valor tais intercâmbio e integração ocorrem, com parcelas de valores produzidos na rede de trocas sendo acumuladas fora dela em outros segmentos das cadeias produtivas não-cobertos por ela mesma.

A introdução de moedas sociais que reimplantam trocas simples, visando reinserir empreendimentos no mercado formal, não é condição suficiente para enfrentar os problemas da exclusão social e dos/as trabalhadores serem submetidos a relações de produção injustas, sendo necessária uma estratégia que viabilize a conversão de todo o modo de produção e consumo para uma economia solidária.<sup>2</sup>

A análise dos fluxos de valor mostra não apenas que, no processo de produção, as redes de trocas operam com dois tipos de moedas, a social e a oficial – embora nas trocas circule apenas a moeda social – como também que é possível se reproduzir, com a moeda social, práticas injustas similares às existentes no mercado capitalista.<sup>3</sup> O fato de a

<sup>2</sup> Sobre isso veja-se MANCE, Euclides André. *A revolução das redes – a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>3</sup> Veja-se CORAGGIO, José Luis. *Las redes de trueque como institución de la economía popular*. Out. 1998, p. 10 Disponível em: [http://www.educ.ar/educar/servlet/Downloads/S\\_BD\\_POLITICASOCIAL/](http://www.educ.ar/educar/servlet/Downloads/S_BD_POLITICASOCIAL/)

moeda social circular – em tese – somente dentro das redes de trocas cria a ilusão de que a riqueza nelas produzida se mantém dentro delas, quando, de fato, a maior parte dessa riqueza continua sendo acumulada por empresários capitalistas, o que se percebe claramente ao se fazer um diagnóstico do conjunto das cadeias produtivas, nas quais as ações produtivas integradas por essas redes estão inseridas como momentos parciais e sob as quais

**No processo de produção nas redes de trocas são utilizadas moedas não-sociais como única condição para a obtenção de insumos e de outros elementos demandados no processo produtivo que não estão disponíveis nas redes.**

essas mesmas redes não têm autonomia, e de como ocorre a concentração de capital nos diversos segmentos dessas cadeias produtivas sob o controle do capital. Por exemplo. Grande parte da riqueza produzida pelos empreendimentos que atuam no setor de confecção no campo da economia solidária é acumulada por fornecedores capitalistas de tecido e outros insumos, posto que as redes de economia

solidária não têm domínio sobre toda essa cadeia produtiva. O ato de confeccionar é apenas um dos momentos parciais da cadeia produtiva no setor do vestuário. Se por um lado, no interior das redes de trocas, o intercâmbio do produto final é feito com a moeda social, por outro lado, para comprar os insumos e outros itens não disponíveis no interior das redes, mas requeridos para a produção, o intercâmbio é feito com moeda oficial. Nesse momento, o produtor solidário fica sujeito à lógica do mercado e o valor econômico por ele despendido na aquisição dos materiais necessários ao novo giro de sua produção é acumulado pelo fornecedor capitalista, que opera sob a lógica do lucro e não da solidariedade. O mesmo ocorre com os outros ramos de

JLC12.PDF onde se lê que a troca no interior da rede também pode ser injusta, pois: "...pode haver intercâmbio desigual (como quando alguém aproveita a extrema necessidade de outro para forçá-lo a aceitar proporções não-equitativas de intercâmbio, ou ainda por falta de informação adequada a respeito do valor dos bens e serviços intercambiados) ou pode esse intercâmbio ser veículo de relações de exploração de classe, gênero ou geracional (nas relações de produção dos produtos intercambiados), de valores considerados negativos (droga, prostituição, etc.)". Recentemente, a estratégia de trocas mediadas por moedas não-oficiais – mas que também não podem ser consideradas sociais – deu origem a redes capitalistas entre empresas de grande porte, listadas entre as maiores do mundo. Duas grandes organizações que atuam desse modo, gerenciando redes de trocas entre multinacionais, são a Argent Atwood e a Tradaq. Veja-se: WILNER, Adriana. O escambo voltou. *Carta Capital*, Ano VIII, n. 159, p. 50, 3 out. 2001. Pelo menos 100 entre as 500 maiores empresas do mundo participam de alguma rede de troca multirrecíproca.

produção. Daí a importância das redes remonta-rem solidariamente as cadeias produtivas, isto é, *montarem novos empreendimentos* que forneçam os insumos demandados pelas redes ou *utilizarem insumos alternativos* que permitam substituir os fornecedores capitalistas por outros fornecedores que já operem sob os princípios da economia solidária.

Enfim, não é a adoção de um novo tipo de monetarismo ou a crença nos poderes das moedas – quaisquer que sejam elas – o que permitirá romper com os fluxos de acumulação de valor que operam sob a lógica do capitalismo. Cabe avançar na colaboração solidária entre distintas redes, possibilitando tanto a superação de debilidades peculiares às diversas práticas de economia solidária quanto o compartilhamento de características e procedimentos que nelas contribuíram a bons resultados.

### POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO DAS LIMITAÇÕES APONTADAS

Pretendemos aqui apontar algumas alternativas que permitam às redes de trocas corrigir seus fluxos reais de valor, organizando empreendimentos produtivos que, paulatinamente, reconstruam, sob práticas de economia solidária, as cadeias produtivas dos bens e serviços que elas produzem e consomem. Essas alternativas permitirão: a) a poupança de excedentes que possam ser reinvestidos coletivamente, mesmo com os prosumidores gastando o que recebem pelos produtos e serviços seus que nelas comercializam; b) a aquisição de máquinas, equipamentos e outros instrumentos de produção, geralmente não-disponibilizados nessas redes de trocas – que poderão ser feitos com os créditos dos prosumidores, preservando-se o princípio de que os créditos não devem ser cambiados em moedas oficiais.

O modo de alcançar esses objetivos é a rede de trocas organizar uma *Bolsa de Negócios*, como uma das ferramentas de seu funcionamento, cujo papel é facilitar transações de compra e venda a prazo entre participantes da rede, valendo-se de moeda social.

Suponhamos que uma participante da rede de trocas necessite comprar uma máquina de costura especial para acabamentos. Deverá fazê-lo no mercado, pois aquele meio de produção não está à venda na rede de trocas. Suponhamos que ela não tenha o dinheiro necessário para pagá-la à vista. Terá então de fazer um crediário por um ano, o que elevará bastante o preço final da máquina em razão da taxa de juros cobrada no mercado.

**Não é a adoção de um novo tipo de monetarismo ou a crença nos poderes das moedas o que permitirá romper com os fluxos de acumulação de valor que operam sob a lógica do capitalismo.**

Entretanto, se aquela rede implantasse uma *Bolsa de Negócios*, haveria uma outra alternativa. A costureira apresentaria na *Bolsa* a sua demanda pela máquina, o valor total à vista, as condições e o número de parcelas em que fará o pagamento; por exemplo, dez parcelas. Outros membros do clube, que dispusessem de alguma poupança em dinheiro e pudessem, assim, adquirir a máquina à vista no mercado, poderiam então fechar um negócio com essa pessoa, estabelecendo um certo volume de produtos ou serviços – preferencialmente oferecidos no clube – como forma de recebimento das dez parcelas. Na prática, as coisas funcionariam da seguinte forma. Uma pessoa compra a máquina no mercado à vista. Oferece-a no clube de trocas para a pessoa com quem já havia fechado o negócio a ser pago em dez parcelas. Durante dez meses o comprador paga mensalmente as parcelas com os produtos que havia se comprometido a oferecer (sejam produtos elaborados por ele mesmo ou por terceiros, sejam do clube ou de fora dele). Vendedor e comprador poderão negociar um valor pela máquina que seja satisfatório para ambos. Por exemplo: se a máquina fosse comprada no mercado em prestações, o preço final subiria em 30%. Se o poupador deixasse seu dinheiro em uma caderneta bancária, teria 5% em rendimentos. Poderão estabelecer então que a máquina será vendida a prazo no clube de trocas, 20% mais barato do que o seria no mercado a prazo e 10% mais caro do que o seria à vista. Assim, o comprador da máquina economiza 20% e o poupador que financiou a operação recebe 5% a mais do que receberia se deixasse o seu dinheiro no banco, alimentando a ciranda financeira. Trata-se de um negócio vantajo-

so.

so para ambos e para a rede, que permite incorporar novos meios de produção ao clube de trocas. A rigor, para manter-se o princípio de que não se negocia moeda a juros no interior da rede de trocas, o poupador poderia receber apenas a correção monetária referente à inflação do período, sem nenhum tipo de ganho por ter financiado essa operação.

Suponhamos que, na *Bolsa de Negócios*, um grupo de produtores se reúna para comprar insumos em conjunto. Ao totalizar um grande volume, eles conseguem fazer essa compra no mercado com uma significativa margem de economia. Com isso, uma quantidade menor de valor – gerado no interior da rede – dela escapará. Imaginemos que, em seguida, uma parte deles proponha na *Bolsa* a realização de um negócio visando montar um empreendimento que produza aquele insumo. Os poupadores interessados em investir nesse empreendimento poderão negociar tal como indicado anteriormente. Nesse caso, o prazo de recebimento poderia ser dilatado, por exemplo, para 24 meses. Do mesmo modo, as parcelas seriam pagas com produtos oferecidos no clube – nesse caso, entre outros, o próprio insumo a ser produzido no empreendimento instalado.

Empreendimentos desse tipo podem ser organizados visando não apenas produzir insumos e outros materiais de manutenção demandados no processo produtivo ou bens de consumo final, como também meios de produção demandados no interior do conjunto das redes solidárias, ampliando o seu grau de autopoiese.

No caso dos poupadores, essas operações – quando lhes geram algum excedente – podem ser consideradas como uma espécie de *aplicação pré-fixada* com resgate parcelado, recebida em produtos e serviços. Ou ainda como uma espécie de operação em *mercado futuro*, uma vez que estão antecipadamente comprando produtos que serão

fabricados e recebidos futuramente. Essas operações, que são vantajosas a todos/as, permitem às redes de trocas remontar progressivamente as cadeias produtivas, corrigindo os fluxos de valor que deságüem na acumulação de empresas capitalistas. Por sua vez, os excedentes gerados nos empreendimentos podem ser integralmente investidos na *Bolsa de Negócios*, visando financiar a montagem de outros empreendimentos, incorporar novos meios

de produção à rede, à aquisição conjunta de insumos, etc.

No momento em que as redes de trocas passassem a operar desse modo e volumes muito maiores de riqueza fossem comercializados em seu interior, ainda restaria o problema de que o único modo aparente de adquirir bens externos a elas seria com moedas oficiais e que, portanto, seria necessário também incrementar as vendas externas às redes como forma de obter tais moedas que possam ser poupadas e financiar a sua expansão. Contudo, tendo em vista que empresas capitalistas também começam a operar em redes de trocas com moedas próprias, nada impediria que esses empreendi-

**Tendo em vista que empresas capitalistas também começam a operar em redes de trocas com moedas próprias, nada impediria que esses empreendimentos solidários participassem taticamente dessas outras redes capitalistas, permutando seus produtos e serviços por equipamentos, insumos e meios de produção nelas oferecidos, até que as próprias redes de trocas solidárias tenham a capacidade de produzi-los.**

mentos solidários participassem taticamente dessas outras redes capitalistas, permutando seus produtos e serviços por equipamentos, insumos e meios de produção nelas oferecidos, até que as próprias redes de trocas solidárias tenham a capacidade de produzi-los. O problema não está em permutar com empresas capitalistas, mas nos termos degradados de intercâmbio que desfavoreçam os empreendimentos solidários – pois, do ponto de vista da circulação do capital, não há diferença entre comprar à vista com dinheiro no mercado ou permutar com mercadorias em uma rede capitalista. Em ambos os casos a questão é o valor que se oferta em relação ao valor do que se recebe e o prazo de conclusão da operação – que acaba imobilizando o valor econômico temporariamente nela aplicado – face a outros processos de sua possível valorização nesse período.

Seja como for, no contexto atual, a maioria das empresas solidárias que integram redes de trocas não conseguiria sobreviver vendendo toda sua produção em troca de moedas sociais. Em sua estrutura de custos há uma série de itens que somente podem ser cobertos com moedas oficiais. Assim, ou os participantes das redes de trocas aceitariam comprar uma parte da produção das empresas solidárias em moedas oficiais para viabilizar o seu giro produtivo ou essas redes teriam de vender seus produtos nos mercados buscando tal volume de moedas. Novamente aqui, entretanto, o expediente da bolsa de negócios poderia funcionar. Um conjunto de poupadores que tenha moeda oficial poderia assumir o pagamento mensal das contas da empresa em troca do recebimento de produtos variados ofertados nas redes com alguma vantagem ou não.

Como se vê, todos esses mecanismos permitem resolver algumas das debilidades inerentes às redes de trocas que se valem de moeda social. A prática de outras redes, que usam somente moedas oficiais em seus processos de comercialização, chega a esses resultados com percursos menos complicados. Seja como for, com essas interfaces torna-se possível conectar redes que usam moedas sociais com redes que não as usam (uma vez que empresas solidárias que não usam moedas sociais podem operar nessas bolsas de negócios das redes de trocas) e avançar de maneira estratégica em reinvestimentos coletivos que permitem remontar as cadeias produtivas e corrigir fluxos de valor, visando realimentar o próprio processo de produção e consumo no interior das redes solidárias.

## **REMONTANDO CADEIAS PRODUTIVAS E CORRIGINDO FLUXOS DE VALORES**

Quando os excedentes obtidos pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços nas redes são nelas reinvestido para que se gerem mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, criam-se novos postos de trabalho e aumenta-se a oferta solidária de produtos e serviços em seu interior. Isso permite incrementar o consumo de todos, ao mesmo tempo em que diminui volume e o número de itens que as redes

ainda compram no mercado capitalista, evitando-se, assim, que a riqueza nelas produzida realmente a acumulação capitalista ao girar a produção do capital<sup>4</sup> pela aquisição de produtos e serviços capitalistas no mercado.

Na prática, quando os consumidores realizam o consumo solidário, consumindo os produtos de uma empresa solidária que não explora os trabalhadores e protege o meio ambiente, essa empresa vende toda a sua produção e gera um excedente que, na lógica capitalista, seria lucro. Entretanto, esse excedente, na lógica da solidariedade, é reinvestido na construção de novas empresas, gerando novos postos de trabalho, diversificando a produção e melhorando o padrão de consumo de todos os que participam da rede.

Por isso, em uma rede solidária que opera sob essa lógica – *paradigma da abundância* –, quanto mais se reparte a riqueza, mais a riqueza dos participantes aumenta. Como vimos, o que gera a riqueza é o trabalho. Com o trabalho são feitos bens e serviços para atender às necessidades e desejos das pessoas. Após a comercialização desses bens, obtém-se um valor excedente. Ora, quanto mais se reparte essa riqueza gerada pelo trabalho, tanto mais as pessoas podem comprar os produtos e serviços das redes. E quanto mais elas compram, mais oportunidades de trabalho elas geram para outras pessoas que ainda estão desempregadas. Assim, quanto mais se distribui a riqueza nas redes, mais os seus produtos são consumidos, mais oportunidades de trabalho que gera riqueza são criadas e um número maior de pessoas passa a integrar as redes como produtores e consumidores. Trata-se de um círculo virtuoso que integra consumo e produção sob parâmetros ecologicamente sustentáveis. Uma das melhores maneiras de distribuir essa riqueza é criar novos empreendimentos solidários e remunerar mais trabalhadores, produzindo uma diversidade maior de produtos à disposição do bem-viver de todos.

Assim, conforme a rede vai crescendo ela vai integrando um número cada vez maior de produtores

<sup>4</sup> Girar a produção significa converter o valor econômico abstrato em elementos produtivos que, por sua vez, consumidos no processo de produção, serão convertidos em produtos finais, os quais, ao serem comercializados, se convertem novamente em valor econômico abstrato – neste caso particular, em capital.

e vai remontando de maneira progressiva e solidária as partes das cadeias produtivas sobre as quais ela ainda não tem autonomia. Por exemplo: se um grupo produz macarrão, ele precisa comprar ovos e farinha. Pode ocorrer que na rede não haja produtores desses bens e que esse grupo tenha que comprar esses insumos no mercado capitalista. Entretanto, assim que for possível montar uma nova cooperativa ou microempresa, será dada preferência a montar-se uma granja ou moinho para produzir-se os ovos ou a farinha de trigo que são usados para fazer o macarrão. Depois organiza-se a produção de milho para fazer ração e alimentar as galinhas. E assim sucessivamente, progressiva e tendencialmente, vão sendo completadas as cadeias produtivas. Desse modo, o lucro que os capitalistas acumulavam nas diversas etapas das cadeias produtivas passa, agora, a financiar o surgimento de outras cooperativas ou microempresas em favor do bem-viver de todos e não apenas do enriquecimento de alguns. Com isso, progressivamente, essas redes vão substituindo as relações de produção, comercialização e consumo de tipo capitalista e vão criando melhores condições para o exercício das liberdades públicas e privadas de todos/as.

Que ninguém, entretanto, se confunda com a simplicidade dos exemplos didaticamente escolhidos neste texto. As redes de economia solidária integram empresas que faturam anualmente mi-

lhões de dólares e que cobrem inúmeros setores das cadeias produtivas. A construção de interfaces que permitam conectar as diversas práticas de economia solidária em redes de colaboração avança rapidamente. O incremento dos fluxos de informação, valores, produtos e serviços entre elas, acompanhado de uma difusão maciça do consumo solidário – condição fundamental para o sucesso da economia solidária – possui um poten-

cial de engendrar um forte movimento sinérgico de transformação estrutural da economia global que, considerado também em suas dimensões políticas e culturais, podemos corretamente denominar *revolução das redes*.

**As redes de economia solidária integram empresas que faturam anualmente milhões de dólares e que cobrem inúmeros setores das cadeias produtivas.**

**A construção de interfaces que permitam conectar as diversas práticas de economia solidária em redes de colaboração avança rapidamente.**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORAGGIO, José Luis. *Las redes de trueque como institución de la economía popular*. Out. 1998, p. 10. Disponível em: <[http://www.educ.ar/educar/servlet/Downloads/S\\_BD\\_POLITICASOCIAL/JLC12.PDF](http://www.educ.ar/educar/servlet/Downloads/S_BD_POLITICASOCIAL/JLC12.PDF)>.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes — a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. Euclides André. Algumas considerações sobre redes de trocas. In: \_\_\_\_\_. *Redes de colaboração solidária — aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes. (no prelo).
- WILNER, Adriana. O escambo voltou. *Carta Capital*, v. 8, n. 159, p. 50, 3 out. 2001.